

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 3.809, DE 2019

Apensados: PL nº 6.227/2019, PL nº 1.207/2021, PL nº 2.274/2021 e PL nº 212/2023

Dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras das doenças vitiligo e psoríase na rede pública ou conveniada do Sistema Único de Saúde.

Autora: Deputada REJANE DIAS

Relator: Deputado FLORENTINO NETO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.809, de 2019, propõe que pessoas com vitiligo e psoríase recebam atendimento prioritários em serviços de saúde, exceto urgências e emergência, do Sistema Único de Saúde.

A justificativa do projeto se fundamenta no fato de que estas doenças apresentam manifestações não apenas orgânicas, mas também psíquicas, havendo a necessidade de ver a pessoa em sua integralidade.

Apensados encontram-se 4 projetos de lei em razão de também se referirem ao vitiligo ou psoríase.

O PL nº 6.227, de 2019, propõe a criação de um Programa Nacional de Referência em Tratamento da Psoríase; em razão da necessidade de tratamento especializado para esta doença.

O PL nº 1.207, de 2021, propõe a criação da Política Nacional para Diagnóstico Precoce e Tratamento da Psoríase; sob a justificativa da necessidade de redução das comorbidades e das incapacidades causadas por esta doença, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos



usuários com psoríase, por meio de ações de promoção, detecção precoce, tratamento oportuno e cuidados paliativos.

O PL nº 212, de 2023, propõe a criação de um Programa Nacional de Referência em Tratamento da Psoríase; sob a justificativa de proporcionar um melhor tratamento com uso eficiente dos recursos do Sistema Único de Saúde.

O PL nº 2.083, de 2020, propõe a criação da campanha nacional de conscientização e combate ao vitiligo, e assegurar às pessoas acometidas por esta doença todo tratamento necessário; sob a justificativa de melhorar-lhes a qualidade de vida.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões; despachada à Comissão de Saúde (CSAUDE); e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise dos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa.

Tramita em regime ordinário (art. 151, III, do RICD).

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão se manifestar sobre o mérito da proposição em relação à saúde, nos termos do inc. XVII, do art. 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar a nobre Deputada REJANE DIAS e os demais Deputados autores dos projetos de lei apensados, pela preocupação com a assistência a pessoas com psoríase e vitiligo.

O vitiligo e a psoríase são doenças que acometem a pele, relativamente comuns, não contagiosas, mas que causam uma aparência bastante inestética dependendo da extensão do acometimento, afetando milhões de pessoas em todo o mundo, inclusive no Brasil.



Uma política nacional sobre o vitiligo e a psoríase é necessária não apenas para qualificar o cuidado, como também para reduzir preconceitos, estigmas e desinformação sobre estas doenças.

É bastante razoável haver uma política nacional que possa garantir que as pessoas com vitiligo ou com psoríase tenham acesso a tratamentos médicos adequados, incluindo terapias de repigmentação e apoio psicológico, independentemente de sua situação financeira. Isso pode melhorar a qualidade de vida e combater a discriminação, favorecendo assim a integração dessas pessoas em todos os aspectos da vida social.

Além disso, o treinamento de profissionais – tanto da atenção básica quanto da especializada – pode contribuir para melhorar a resolutividade do SUS, com utilização mais eficiente dos recursos públicos.

Ademais, o controle dos casos de psoríase e de vitiligo possibilita a realização de pesquisas clínicas, contribuindo para um melhor cuidado.

Por fim, a habilitação de serviços especializados permite a criação de linhas de cuidado, além de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, promovendo a racionalização da atenção em saúde para essas pessoas.

Portanto, dentro do que cabe a esta Comissão de Saúde se manifestar nos termos regimentais, entendo que tanto a proposição principal ora em análise quanto as apensadas são meritórias.

Em face do exposto, voto pela APROVAÇÃO do PL nº 3.809, de 2019, e de todos os projetos de lei apensados – PL nº 6.227/2019, PL nº 1.207/2021, PL nº 2.274/2021 e PL nº 212/2023 –, na forma do SUBSTITUTIVO anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado FLORENTINO NETO
Relator



COMISSÃO DE SAÚDE

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.809, DE 2019

Apensados: PL nº 6.227/2019, PL nº 1.207/2021, PL nº 2.274/2021 e PL nº 212/2023

Institui o Programa Nacional de Assistência Integral a pessoa diagnosticada com Psoríase e/ou Vitiligo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui o Programa Nacional de Assistência Integral à pessoa diagnosticada com Psoríase e/ou Vitiligo, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e institui a Campanha Nacional de Conscientização, Assistência e Combate ao Preconceito contra a Psoríase e/ou Vitiligo.

Art. 2º Fica instituído o Programa Nacional de Assistência Integral às pessoas diagnosticadas com Psoríase e/ou Vitiligo.

Art. 3º São objetivos do Programa Nacional de Assistência Integral à Psoríase e/ou Vitiligo:

I- o fortalecimento da atenção primária à saúde como via de entrada preferencial do SUS, de modo a permitir o diagnóstico precoce e o tratamento adequado;

II- a habilitação e articulação de pontos de atendimento especializados;

III- o tratamento adequado conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas;

IV- a prevenção de complicações, comorbidades e incapacidades;



V- o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão social, a autonomia da pessoa diagnosticada com Psoríase e/ou Vitiligo e o pleno exercício de cidadania;

VI- a conscientização da sociedade e o combate a estigmas e preconceitos;

VII- o incentivo às pesquisas científicas visando a cura e tratamentos mais eficientes.

Parágrafo único. Para o fortalecimento da atenção primária à saúde, a que se refere o inciso I deste artigo, serão realizados programas de educação continuada para os profissionais de saúde e ampla divulgação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para o tratamento adequado da Psoríase e/ou Vitiligo, dentre outras ações.

Art. 4º São direitos das pessoas com Psoríase e/ou Vitiligo:

I- o acesso universal à saúde;

II- a autonomia e a liberdade na escolha do tratamento;

III- o atendimento humanizado, adequado e de qualidade;

IV- o cuidado integral e multidisciplinar, incluindo medicamentos de alto custo, conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas publicadas pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. No tratamento das pessoas acometidas com Psoríase e/ou Vitiligo, o Sistema Único de Saúde – SUS deverá garantir todos os produtos, procedimentos e medicamentos indicados pelos protocolos clínicos, devidamente fundamentados pela ciência e acolhidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Art. 5º O Poder Público designará centros de referência para o tratamento de casos de maior complexidade de psoríase e/ou vitiligo, em todas as unidades federadas, com as respectivas linhas de cuidados.

Art. 6º Fica instituída a Campanha Nacional de Conscientização, Assistência e Combate ao Preconceito contra às pessoas



diagnosticadas com Psoríase e/ou Vitiligo, a ser realizada anualmente no mês de outubro.

Parágrafo único. A campanha será constituída de um conjunto de atividades e mobilização relacionadas ao diagnóstico precoce e ao combate às doenças de que trata o *caput*.

I – a campanha terá foco na prevenção, assistência e proteção das pessoas diagnosticadas com Psoríase e/ou Vitiligo.

II - as atividades e mobilizações referidas no caput deste artigo serão desenvolvidas em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde, de modo integrado em toda a administração pública, com entidades da sociedade civil organizada e organismos internacionais.

Art. 7º Serão realizadas anualmente, no mês de outubro, durante a campanha nacional de que trata esta lei, atividades visando combater o preconceito e melhorar a qualidade de vida das pessoas diagnosticadas com Psoríase e/ou Vitiligo.

Parágrafo único. A critério dos gestores públicos, devem ser desenvolvidas as seguintes atividades, entre outras:

I – iluminação dos prédios públicos com luzes de cor laranja;

II – promoção de palestras, eventos e atividades educativas; e

III – veiculação de campanhas de mídia e disponibilização à população de informações em banners, em folders e outros materiais ilustrativos e exemplificativos de conscientização das doenças visando esclarecer e diminuir o preconceito, já que muitos pacientes sofrem com o desconhecimento e estigmatização.

Art. 8º O Poder Executivo, por iniciativa do Ministério da Saúde, expedirá a regulamentação desta Lei.

Art. 9º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.



Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado FLORENTINO NETO
Relator

